



O PROBLEMA COLONIAL

JOSE PEIXOTO DA SILVA

As guerras para que o Governo arrastou o País nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné — empreendidas para manter um domínio colonial de exploração e opressão — têm afectado profundamente toda a nossa vida política, social e económica, contribuindo para agravar os problemas existentes nesses campos. Ao mesmo tempo, estas guerras afectam ainda mais profundamente os povos daqueles territórios, pelas destruições que lhes são causadas e pela intensificação da repressão a que de há muito vinham sendo sujeitos, na tentativa de impedir o seu acesso à independência, prejudicando gravemente o seu desenvolvimento económico, social, cultural e político. Consequentemente, é a própria posição de Portugal no Mundo que por estas guerras é afectada, acentuando-se o nosso isolamento internacional, comprometendo-se a possibilidade de uma cooperação efectiva e amiga com os povos dos territórios que temos ocupado e com todos os povos do Mundo (e em especial os do Terceiro Mundo), e desprestigiando-se o País pela aliança estabelecida com os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia, universalmente odiados e moralmente repugnantes.

De todos os nossos problemas é este, pois, não só o de maior dimensão internacional, o que mais põe em causa o nosso contributo para a paz e o progresso universais, como igualmente o mais agudo no plano nacional — e não dizemos o mais grave, porque a sua gravidade é inseparável e parte constituinte da gravidade de todos os outros nossos problemas — dele dependendo em larga medida o progresso e a felicidade do nosso povo.

Paradoxalmente, estas guerras e toda a política que vem sendo seguida em relação aos territórios africanos, foram desde o início, e continuam a sê-lo, completamente afastadas de qualquer debate público, em grau ainda superior ao dos restantes problemas do País. A Censura é implacável, de tal forma que se torna até inútil submeter-lhe textos sobre este problema, e sempre que, por qualquer outro meio, se ousa sequer aflorá-lo, chovem da banda do regime os epítetos de «traição», «maus portugueses», «vendidos ao estrangeiro», organizam-se «manifestações de desagravo», perseguem-se e prendem-se os «traidores» e utilizam-se todos os poderosos meios de comunicação social — a Televisão, a Rádio, a Imprensa — para desencadear uma campanha puramente emocional em que aos argumentos se substituem velhos «slogans» retumbantes, diatribes assentes em premissas por

demonstrar, sem que os visados tenham a mínima possibilidade de contrapor os seus argumentos. Mesmo nos períodos «eleitorais» a situação descrita não se altera essencialmente, pelo contrário, chega até a atingir efeitos insuspeitados. Não só manifestos em que o problema da guerra era alvo de estudo aturado foram impedidos de publicação e se sucederam as interrupções aos oradores quando abordavam como o regime o utilizou emocionalmente com toda a sua máquina de propaganda, especialmente junto dos estratos menos informados da população, para, iludindo os restantes problemas em cujo solução patentou a sua incapacidade, tentar obter assim um fácil, porque condicionado e reflexo apoio, que de outro modo se lhe tornaria mais fácil ainda. Mais: o clima emocional de que rodeou este problema levou até à atitude caricata do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Deslandes, no início da campanha, ameaçando com a intervenção das Forças Armadas caso o País se pronunciasse «indesejavelmente» sobre a política seguida pelo Governo. Fora destes períodos excepcionais, em que ou as «eleições» ou a corajosa atitude de grupos ou individualidades põem em causa a política oficial, desencadeando-se as campanhas descritas, que vemos nós? Os lacónicos comunicados das Forças Armadas, assinalando o número de baixas inimigas, sempre avultadíssimo (de tal forma que é de espantar ainda haver guerrilheiros, ou que a sua base de recrutamento seja tão pequena como se tenta fazer crer), e o número de baixas portuguesas, sempre reduzidíssimo, num estilo triunfalista e maniqueísta, escondendo os verdadeiros problemas, ocultando as chacinas levadas a cabo pelas nossas tropas (quantos Mi Lay não têm ocorrido durante estas guerras!), dando como certo um apoio generalizado das populações, reduzindo as acções dos movimentos de libertação a meros atentados terroristas contra populações indefesas, limitados a algumas áreas fronteiriças e com o exclusivo apoio dos países limítrofes e de potências estrangeiras comunistas, o martelar contínuo dos programas de televisão de propaganda à acção das Forças Armadas; e discursos, muitos discursos, em que é sempre de bom tom, a propósito e a despropósito, seja-se ministro ou simples presidente de câmara, apoiar a «defesa da integridade territorial da Nação».

Este monólogo oficial sobre um problema de tão iniludível importância, paradoxal à primeira vista se tivermos em conta que está em causa o futuro do País, tem, porém, por outro lado a sua lógica própria. Não só vem na sequência de muitos outros monólogos oficiais sobre os restantes problemas do País, como preenche uma função político-ideológica vital para a própria sobrevivência do regime. Com efeito, a campanha presidencial de Humberto Delgado fora o ponto culminante de um processo de descontentamento popular e de descrédito do regime, que atravessou então a sua crise mais séria. Todos os pretextos oficiais para as restrições impostas às liberdades públicas mostravam-se ultrapassados: a suposta superioridade dos Estados autoritários sobre os Estados democráticos havia sido desmentida pela derrota dos primeiros na Segunda Guerra Mundial (levando Salazar a baptizar atabalhoadamente o regime de «democracia orgânica»...). O espantinho do anticomunismo utilizado depois durante o período de «guerra fria» perdia também o seu crédito perante a unidade das forças democráticas e a existência nas democracias ocidentais de Partidos Comunistas reconhecidos pela lei. Face, pois, à clara manifestação da vontade popular de ver o

País regido por instituições democráticas, tornava-se necessário contrapor um novo pretexto para um adiamento cada vez mais difícil de manter: a guerra iniciada em 1961 veio no momento exacto. Se, por um lado, era necessário preservá-la de qualquer debate para se levar a cabo a política que se seguiu, por outro lado ela permitia tentar refazer uma certa unidade em torno do regime, pelo apelo aos instintos patrióticos, e colocar assim entre parênteses o problema das liberdades públicas. Além disso, o esforço despendido na guerra passava também a actuar como justificação para a impossibilidade de levar a cabo as reformas sociais e económicas de que o País manifestamente carecia ao fim de 35 anos em que se fora alargando o fosso que o separava da Europa. Com a substituição de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano, se bem que se tenha de certo modo alterado a argumentação para justificar o prosseguimento da guerra (Cf. parte IV), a função político-ideológica desta, longe de se esbater, acentuou-se ainda mais, para sustentar as veleidades dos que de início julgaram estar aberta a via de liberalização, e como justificação agora para as dificuldades que se vão deparando nos ínvios caminhos do tímido reformismo anunciado. A declaração do «estado de subversão» pela Assembleia Nacional com as suas conhecidas consequências comprova-lo amplamente.

Não admira, pois, que a política colonial do Governo constitua hoje o seu ponto mais sensível, fazendo-o estremecer e reagir histericamente ao mínimo ataque ou crítica. Os recentes incidentes na capela do Rato, a sua repercussão na Assembleia Nacional, que viveu um clima de excitação como há muito não se via em S. Bento, as medidas repressivas tomadas, dão bem a medida dessa hipersensibilidade.

Costuma a sabedoria popular afirmar que «quem não deve não teme». Ora, ao proibir o debate sobre a sua política colonial o regime mostra que o teme. E se o teme, é porque de há muito está em dívida para com o País, ocultando-lhe informações, mistificando-o com falsas razões, impedindo a manifestação das posições que lhe são contrárias. Qualquer debate ser-lhe-ia por isso desfavorável, pois nele se revelariam as autênticas razões e os verdadeiros interesses a que esta guerra obedece. Por consequência, ao proibir o debate, o regime revela a sua má consciência e demonstra publicamente a sua incapacidade para resistir a uma livre opção do povo. É urgente, pois, que o Movimento Democrático prossiga e acentue a sua campanha de consciencialização popular sobre o problema colonial, apresentando ao País os verdadeiros termos em que ele se põe e apontando a sua única solução possível e justa.

II

As razões oficialmente apresentadas para a política seguida assentam no escamoteamento das condições que permitiram a eclosão dos conflitos armados. Com efeito, segundo o regime, reinaria a paz, a concórdia e o progresso nos territórios africanos quando «bandos de terroristas a soldo do estrangeiro» desenca-

dearam a guerra, o ódio, a destruição. A política seguida teria sido então uma política de legítima defesa da vida e dos interesses da população branca e negra e da integridade territorial da Pátria, uma vez que cinco séculos de missão civilizadora e cristã teriam convertido aqueles territórios em parcelas de Portugal genuínas como o Minho ou o Algarve.

Ora, já que à história se vai buscar a justificação para uma política, atemos nas conclusões que a história científica, e não a história ideológica e mistificadora que nos é impingida desde os bancos da instrução primária, nos permite tirar da nossa acção colonizadora em África.

Os nossos primeiros contactos com os povos africanos e asiáticos foram sobretudo de *tipo comercial e marítimo*: estabelecimento de feitorias no litoral, construção de fortalezas para protegerem o comércio, alianças com as autoridades indígenas, *sem que se procurasse uma integração política*. Logo de início, porém, um tipo especial de comércio pouco abona em favor da nossa «missão civilizadora e cristã»: referimo-nos ao tráfico negreiro dos escravos, nomeadamente entre Angola e o Brasil, o mais monstruoso dos comércios, assente no desprezo pela dignidade da vida humana e na submissão violenta de milhões de indivíduos livres. Durante séculos foi o comércio de escravos a nossa principal actividade nas costas de África, com todo o seu cortejo de sofrimentos, crueldades e torturas que afectaram gerações e gerações de nativos. E durante séculos, os poucos colonos que nelas se estabeleceram foram... criminosos de direito comum condenados a penas de desterro. E só a partir de finais do século XIX que, na sequência da constituição pelas principais nações europeias de vastos impérios coloniais destinados a alargar a expansão do sistema capitalista como condição de sobrevivência deste, se nota uma preocupação de exploração do interior e de aproveitamento das matérias-primas existentes como novas fontes de lucro. Uma tal política implicou campanhas militares de ocupação que depararam com forte resistência dos povos africanos, e o início da exploração intensiva da força de trabalho daqueles. E se é certo que durante a República, com a política dos *altos comissários*, se tentou desenvolver económica e socialmente os territórios africanos, por uma via de comparticipação financeira da metrópole e de descentralização administrativa, a permanência de uma estrutura de domínio colonialista acabou por fazer de algumas grandes companhias coloniais as principais beneficiárias desse esforço, apropriando-se de grandes extensões de terreno, com prejuízo dos interesses dos africanos e aproveitando-se largamente da força de trabalho destes.

Com o Acto Colonial de 1930 liquidou-se a política dos altos comissários, impondo-se *uma rígida centralização administrativa* e sustendo-se a comparticipação financeira do País em algumas obras de fomento social e económico empreendidas. Referindo-se à sua política colonial num discurso de 1954, *afirmou Oliveira Salazar*: «O estado em que se encontrava o ultramar português à data da revolução de 1926... era o reflexo dos mesmos males que tínhamos aqui... Os remédios haviam de inspirar-se nos mesmos princípios, possivelmente em métodos idênticos aos daqui... *maior concentração de poderes...* forte reivindicação de ordem nacional... ordem financeira e regularidade administrativa.» (Discurso, V, p. 270). Sabemos bem, por dolorosa experiência, quais as consequências que «aqui» tiveram esses princípios e métodos: *obscurantismo, miséria, estagnação, repressão*. As

suas consequências nos territórios africanos não podiam deixar de ser as mesmas, com a agravante de se exercerem sobre territórios ainda mais atrasados e populações consideradas «inferiores» (não esqueçamos o dagrandante *estatuto indígena* que só foi abolido — na sua forma jurídica — após o levantamento armado de 1961 em Angola...). Instituiu-se assim, de direito e de facto, o racismo no Exército⁽¹⁾ e em muitos cargos civis; dificultou-se ao máximo a entrada dos africanos nas escolas oficiais; alastrou o trabalho forçado, pago a baixíssimo preço e sujeito a péssimas condições, como ficou comprovado no relatório elaborado em 1947 por Henrique Galvão, na altura deputado na Assembleia Nacional⁽²⁾; o parco ensino ministrado visava uma «portugalização» do africano no mais total desrespeito pela sua autonomia cultural, sendo muito graves as responsabilidades das missões da Igreja Católica neste processo de colonização mental que era, aliás, acompanhado pela exploração do trabalho do africano; e as grandes companhias coloniais nacionais e estrangeiras puderam ir acumulando calmamente lucros exorbitantes.

Depois da Segunda Guerra Mundial, com a derrota das potências nazifascistas e o despertar dos nacionalismos africanos, procedeu-se a algumas

(¹) A circular da 1.ª secção da 1.ª repartição da Dir. Ger. Militar do Min. das Colónias contém o ofício, de 14 de Abril de 1939, do min. da Guerra, que diz:

«Tem a Direcção-Geral do Ministério da Guerra interpretado a doutrina do artigo 1.º da Lei n.º 1961, sob o ponto de vista da condição de os cidadãos obrigados ao serviço militar serem filhos de pais europeus significar que os mesmos sejam filhos de raça europeia, isto é, de raça branca.

Assim, têm sido recenseados e prestado serviço no Exército metropolitano os cidadãos portugueses filhos de pais nascidos na América do Norte e do Sul, etc.

Julga esta Direcção-Geral que é este o espírito da Lei e que igual interpretação lhe deve ser dada pelo Ministério das Colónias.

No que diz respeito aos indivíduos de cor, nascidos na metrópole, descendentes de nativos das colónias, tem o assunto sido resolvido pela sua inclusão no recenseamento, competindo às juntas de recrutamento insentá-los do serviço militar; assim, ficam estes indivíduos com a sua situação militar regularizada.

Quanto aos esclarecimentos pedidos na parte final do ofício de V. Ex.ª, encarrega-me S. Ex.ª o ministro da Guerra de dizer que poderão requerer o seu recenseamento pela metrópole todos os indivíduos de raça branca, nascidos nas colónias, filhos de indivíduos nelas nascidos, também sem cruzamento de sangue com indivíduos de raças nativas das colónias, desde que os mesmos residam na metrópole.

Para verificação da pureza da raça bastará tomar como base os dados fornecidos pelos registos de nascimento e a observação directa feita aos interessados pela autoridade militar a quem os mesmos entregam as suas pretensões.

Dando-se o caso de vir a ser recenseado na metrópole algum indivíduo que não possua todas as características da raça branca, e que tal facto seja verificado na ocasião de o mesmo ser presente à Junta de Recrutamento, determinar-se-á que fique sem efeito a transferência de recenseamento que lhe tinha sido concedida.»

(In *Boletim Oficial de São Tomé*, de 1/7/1939)

(²) «De uma certa maneira a situação é pior que a escravatura simples, porque no tempo da escravatura o proprietário depois de comprar o escravo como um animal trata-o bem como a um cavalo ou boi. Aqui o indígena não é comprado, é alugado pelo Estado, ainda que seja considerado um homem livre, e o seu patrão importa-se pouco que ele caia doente, que morra no trabalho, porque quando isso acontece requisita outro.»

(In relatório citado)

alterações meramente formais pela revisão constitucional de 1951 que transformou o Império Colonial Português na «*Nação Una, Pluricontinental e Multirracial*» e as «*Colónias*» nas «*Províncias Ultramarinas*». Pretendia-se assim dar corpo jurídico à tese da «integração», que fazia das colónias províncias tão portuguesas como as da Metrópole, e retirar desse modo as suas bases a qualquer movimento de descolonização^(*). Esta medida acabava, porém, por contrariar a evolução no sentido da descentralização seguida pelas restantes potências coloniais e recebera mesmo um parecer negativo da Câmara Corporativa, segundo o qual as condições naturais dos territórios ultramarinos «são e permanecerão diferentes: diferentes, e muito, são também na maior parte as condições sociais e económicas». Seja como for, um tal preciosismo jurídico deixou intactas as estruturas da colonização. De certo modo, até, elas agravam-se a partir desta data. A P. I. D. E. irrompe em força nos territórios africanos, intensificando a repressão e controlando estritamente as actividades das elites africanas. Desenvolve-se, a par do desonesto comércio do pequeno colono, a actividade dos grupos monopolistas que iam prosperando à sombra do governo salazarista, encantados com a facilidade que lhes era oferecida de obterem elevados lucros, graças à mão-de-obra compulsivamente recrutada pelas autoridades administrativas e policiais, e ao baixo custo da exploração das matérias-primas. O parasitismo nacional tinha aqui uma nova oportunidade de exercer os seus dotes, continuando a tradição do improdutivo comércio das especiarias da Índia e do ouro do Brasil. Uma vez mais, tanto o país colonizador como o país colonizado em nada beneficiavam com a actividade económica destes grupos parasitários, a que cada vez mais se vinham associando poderosas empresas estrangeiras. Constituíram-se assim autênticos feudos, dotados mesmo de alguns poderes de soberania e libertos de qualquer controlo oficial. As consequências de um tal processo de exploração estão bem patentes neste trecho de uma carta enviada ao deputado Manuel da Nazaré, na última sessão da anterior legislatura, por um autóctone de Moçambique, e que, como era de esperar, chegou apenas ao conhecimento do reduzido número de leitores do «*Diário das Sessões*»... Referindo-se à situação no Sul de Moçambique afirmava o autor da carta: «Não se conhece, por assim dizer, preto proprietário de umas terras; no entanto, antigamente, eram de pretos todas as terras baixas de Machongo, onde os nossos avós cultivaram arroz, batata e outros produtos; e nunca havia fome... mas todas as baixas foram objecto de concessões, e o africano é empurrado para a terra solta onde a agricultura é difícil por causa da irregularidade das chuvas.»

Eis, pois, os resultados de cinco séculos de «missão civilizadora e cristã»: escravidão, depois «transformada» em trabalho forçado; racismo; analfabetismo quase total; formação dos chamados «assimilados» (menos de 1 por cento da população), sujeitos à aceitação dos valores ideológicos do regime e desrespeitados na sua cultura própria, a troco de alguns parques «privilégios» em relação ao resto da

(*) No fundo, tal alteração jurídica pode até ser considerada um acto de anexação, a despeito de a Carta do Atlântico não permitir nem às potências beligerantes que passem a adoptar fronteiras diferentes das que tinham antes da Segunda Guerra Mundial...

população; péssimas condições de habitação e saúde; proibição da organização de sindicatos nas profissões de maioria nativa; impedimento de toda a actividade comercial por parte dos africanos; proibição duma imprensa autóctone autónoma; permanente atropelo dos direitos cívicos — todo um monstruoso sistema de opressão mantido à custa de um implacável aparelho de repressão dirigido pela mão da P. I. D. E. Que é isto senão colonialismo e do mais feroz?

Não espanta, por isso, que já antes de 1961 se tivessem registado alguns movimentos de rebelião espontânea, como a revolta de Batepa, na ilha de São Tomé, em 1953, logo barbaramente esmagada (*), a revolta dos africanos de Lourenço Marques, em 1948, a greve dos estivadores de 1956, na mesma cidade, durante a qual foram assassinados 49 africanos, o levantamento de Mueda de 16/6/60 também objecto de sangrenta repressão, a greve dos estivadores do porto de Bissau, em 1959, logo seguida de um massacre implacável.

Como nos espantarmos, pois, que os africanos mais cultos e conscientes tenham a partir de certa altura começado a organizar a resistência contra um domínio tão descaradamente colonialista, quando assistiam à quotidiana opressão dos seus irmãos e eram eles próprios vítimas de discriminações várias e de repressão cultural? (**). A sua atitude foi semelhante à de todos os portugueses que, ao mesmo tempo, combatiam a ditadura salazarista e lutavam pela liberdade e pela justiça para o nosso povo. Fundaram-se então as primeiras organizações políticas africanas, que desde logo pretenderam recorrer a meios pacíficos para pôr termo ao colonialismo português. Face à intransigente recusa do governo salazarista de aceitar qualquer tipo de negociação e ao agravamento da repressão (de que é exemplo o chamado «processo dos 50», em que dezenas de nacionalistas angolanos foram presos, condenados e desterrados em 1959), um só caminho lhes ficou aberto: responder à violência dos opressores com a violência libertadora dos oprimidos. O governo de Oliveira Salazar havia criado todas as condições para o desencadear da guerra.

«Quem é o agressor?» — perguntava Marcelo Caetano na sua comunicação de 15 de Janeiro último. A todos os portugueses que tiveram a possibilidade de romper a cortina que encobre todo um manancial de importantes e decisivas informações sobre o que se passava nas colónias não restam hoje quaisquer dúvidas. As populações indígenas, que sofriam no seu quotidiano todo um terrível sistema de opressão, muito menos. E é o Governo que, ao recusar o debate, mais nos confirma na nossa razão. Uma tal recusa traduz o seu recelo de ver enfim expostas aos olhos do nosso povo um conjunto de informações facilmente comprovadas que deitariam por terra toda a argumentação que tem desenvolvido até hoje.

(*) Chegaram a ser assassinados por asfixia cerca de uma centena de nativos numa cela com capacidade para 3 ou 4 pessoas!

(**) Foram por esta época encerrados o Centro Associativo dos Negros de Moçambique e a Associação dos Naturais de Angola, enquanto à Liga Nacional Africana foi imposta uma comissão administrativa que dura muito para lá do prazo em que é permitida pelas próprias leis do regime.

III

O desencadeamento da guerra veio tornar ainda mais trágica a situação dos povos de Angola, Guiné e Moçambique, vítimas de uma violência sem limites e de uma exploração intensificada.

Para conseguir apoios políticos, o Governo abriu de par em par as fronteiras dos territórios em guerra aos capitais estrangeiros, concedendo-lhes todas as facilidades para a exploração dos seus recursos naturais. Pretendia-se assim, para justificar uma presença até então estagnante e preguiçosa, iniciar um processo de desenvolvimento com a ajuda daqueles capitais, e apresentar, deste modo, ao mundo uma imagem de dinamismo que desse crédito à nossa «missão civilizadora» tão facilmente desmentida pela realidade de então. Escassos têm sido, porém, os resultados de tão apregoado processo desenvolvimentista. E porquê? Porque, como sucede em todos os países subdesenvolvidos, as empresas estrangeiras visam apenas obter os maiores lucros possíveis e reexportá-los para os seus países de origem, aproveitando-se da mão-de-obra compulsivamente recrutada e miseravelmente paga que encontram e da colaboração das autoridades portuguesas, que nos contratos firmados lhes entregam, praticamente sem contrapartida, vastos territórios. A simples leitura do «Diário do Governo» pode dar-nos uma ideia do crescente aumento de tais concessões de ano para ano.

Abolido embora o vergonhoso «Estatuto do Indígena», nem por isso se alterou a situação da população africana, sujeita a uma discriminação racial de facto, que tem a sua mais ostensiva e revoltante tradução na manutenção e alargamento da *prática do trabalho forçado*. Significativo, a este respeito, é o relatório elaborado em 1969 pelo director do Instituto de Trabalho, Previdência e Acção Social de Angola, dr. Afonso Mendes, com o objectivo de descrever as condições sociais que favoreciam o apoio das populações aos movimentos de libertação e de sugerir algumas medidas na acção psicossocial que permitissem iludir a população. Depois de historiar os «erros e abusos cometidos pela nossa estrutura político-administrativa» — «a escravatura, as guerras de pacificação, os abusos do poder, as violências físicas exercidas pelas autoridades administrativas, o trabalho forçado com todo o seu séquito de consequências bem pouco agradáveis de relatar, o errado uso e abuso da tutela durante o regime de indigenato, as medidas administrativas, a expropriação das terras que por direito costumeiro eram pertença da comunidade e não susceptíveis de apropriação individual, a deslocação das populações, as culturas obrigatórias, os inúmeros atentados contra o direito tradicional e a escala de valores dos africanos, etc., etc.» —, assinala o «imenso desequilíbrio entre o nível de vida das populações africanas e do grupo de origem europeia», o facto de «certas prepotências de vários funcionários, a tradição paternalista do indigenato e a desconfiança que em relação ao negro domina uma grande parte dos europeus» estarem «na origem da imposição de medidas especiais aos indivíduos de origem africana, a que não se submetem os elementos da etnia branca», o facto de «a expansão das actividades agro-pecuárias» ter «provocado a expulsão dos africanos de terras que eles sempre consideraram como suas ou da sua comunidade», «o grande desnível... entre os salários do trabalhador africano e do tra-

balhador de origem europeia», referindo-se depois à descarada prática do trabalho forçado: «A possibilidade do trabalhador rural ter as suas preferências por patrões e empregos, de discutir as condições de trabalho e de abandonar o emprego que não correspondeu às condições prometidas ou à expectativa, são condições «sine qua non» para se sair da medíocre situação actual. Enquanto o empregador continuar recorrendo ao recrutador profissional e ao contratado para satisfazer as suas necessidades de mão-de-obra, não são de esperar progressos sensíveis na melhoria das condições de trabalho e, em especial, no tipo de relações entre patrão e trabalhador. Presentemente são múltiplos os entraves a essa modalidade, impostos não só pelas autoridades civis mas também pelas militares e para-militares, tudo isso ao abrigo de invocadas razões de defesa... Ainda é frequente a intervenção repressiva das autoridades administrativas junto dos trabalhadores a pedido dos respectivos empregadores. Vem de há uns tempos verificando-se idêntica intervenção das autoridades policiais e para-militares. Não são isolados os casos de violências físicas extremas. Em linguagem legal essa intervenção designa-se por «trabalho obrigatório», condenável moralmente e punido por lei com pena de prisão até dois anos. Esse péssimo exemplo das entidades oficiais vem sendo seguido pelas entidades patronais, que, perante quaisquer negligências ou irregularidades do trabalhador, não têm pejo em recorrer aos castigos físicos... São frequentes os casos de trabalhadores que aguardam longo tempo em suas distantes terras, que lhes seja entregue o *produto de um ano ou mais do seu trabalho*.» E, por último, à prática do racismo, não deixa o relatório de ser bem eloquente: «Dia após dia, nos contactos entre si, indivíduos de origem europeia melindram os africanos com atitudes de voluntário acinte que assentam numa animosidade evidente... O princípio de não discriminação com base na origem étnica é entre nós um princípio legal nem sempre observado na vida corrente.» Els, pois, como um relatório oficial dirigido ao Governo descreve a situação dos africanos em Angola. Não custa adivinhar as tintas bem mais carregadas da realidade que certos termos eufemísticos tentavam clarear...

Mas a guerra não só tem intensificado estas condições, que já vinham de longe, como tem acarretado violências ainda maiores sobre as populações africanas. Numerosos testemunhos directos se vêm referindo às chacinas das populações civis e às terríveis consequências da *guerra química*. É sintomático que no debate travado na Assembleia Geral das Nações Unidas, sobre a proibição do recurso a produtos tóxicos, *Portugal tenha sido o único país a opôr-se, ao lado dos Estados Unidos*, à resolução que condenava o uso de herbicidas que destroem a vida vegetal e animal, envenenando alimentos de populações inteiras e provocando nelas doenças incuráveis. Aliás, o general Kaulza de Arriaga foi bem explícito quanto à «necessidade» da utilização de semelhantes métodos na «contra-subversão», na conferência que pronunciou em 1971 no Instituto de Altos Estudos Militares (*). O enorme êxodo de refugiados, acossados pela fome e pelas doenças,

(*) Aliás, o general Kaulza de Arriaga é igualmente um «teorizador» muito curioso da «sociedade multirracial» portuguesa, como se pode ver pela leitura do volume XII das *Lições de Estratégia do Curso de Altos Comandos* (1966/1967), intitulado «O problema estratégico português»: «Não há dúvida nenhuma que a raça preta tem características inferiores à raça

é umas das terríveis consequências de tais métodos. Outro dos «métodos» empregues consiste na construção de «aldeamentos» junto das instalações militares, onde são instaladas à força as populações, que se vêem assim afastadas das suas terras de origem e encurraladas em autênticos campos de concentração. Quanto aos prisioneiros de guerra, são vilmente torturados e muitas vezes fuzilados. Por outro lado, qualquer africano pode ser preso, sem julgamento, por tempo indeterminado, e encerrado em *campos de concentração, eufemisticamente denominados «campos de recuperação»* (Tarrafal, em Cabo Verde, S. Nicolau, em Angola, Machava e Ibo, em Moçambique, entre muitos outros). Milhares de indivíduos encontram-se actualmente nestas condições.

Para além, pois, de ir agravando a submissão dos povos africanos ao imperialismo estrangeiro, de intensificar o racismo e a prática do trabalho forçado, de causar destruições sem conta de populações e culturas e de endurecer a repressão política, esta guerra tem ainda levado a um reforço das alianças com as potências racistas da África do Sul e da Rodésia, *que não só participam na exploração económica de Angola e Moçambique* como prestam auxílio militar e estendem a sua influência política de forma alarmante, mostrando-se determinadas a contrariar a vitória dos movimentos de libertação seja em que circunstâncias for.

Como pode, pois, o Governo português pretender que está a levar a cabo o desenvolvimento dos territórios africanos quando continua a conduzir pertinazmente uma guerra de destruição, uma guerra que sujeita ainda mais os povos das colónias à dominação do imperialismo estrangeiro, dos seus aliados portugueses e das potências racistas da Rodésia e da África do Sul? E como pode o Governo pretender tal, se esta guerra tem impedido o desenvolvimento do próprio território português?

Que tem, com efeito, representado a guerra para o já tão martirizado povo português?

- a mobilização da juventude para um dos mais longos e duros serviços militares de todo o Mundo, com possibilidade de ser prolongado discretamente;
- a consequente emigração de parte considerável da juventude, de tal forma que a população portuguesa baixou entre 1960 e 1970 nas classes de idade dos 15 aos 19 e dos 20 aos 24 anos; só em 1970,

branca (...) Se em Angola e Moçambique houvesse 20 ou 30 milhões de negros, o problema para nós seria extremamente grave, ainda bem que essas populações são tão reduzidas. Eu não sei se isto resultou da exportação que se fez para o Brasil; se foi isso, ainda bem que se fez essa exportação (...) Primeiro crescimento branco, depois limitação do crescimento negro (...) Portanto a multirraciedade tem de ser autêntica e mantém-se autêntica mesmo quando à sombra dela nós porventura precisamos de travar ligeiramente a promoção dos povos negros. Depois temos de convencer esta gente de que estamos a promovê-la num ritmo adequado (...) Nos negros evoluídos é que está o problema. E como também não temos muitas possibilidades de evoluir todos os negros, graças a Deus, é bem possível, é quase certo que possamos lá colocar gente, se trabalharmos bem, em quantidade tal que vá equilibrando aqueles negros que vão sendo evoluídos.» Por aqui se vê o serviço que certos «métodos» prestam a um crescimento demográfico «equilibrado»...

dos 91 000 jovens chamados às inspecções militares faltaram 25%, ou seja, cerca de 22 800, e só em França havia, até fins de 1971, cerca de 60 000 *refractários* e 10 000 *desertores*;

- as numerosas perdas de vida e mutilações de milhares de jovens: de acordo com as próprias informações oficiais, podem estimar-se, para o período de 1961 a 1972, em 5235 os mortos em combate, em 2400 os mortos nos hospitais por ferimentos em combate e em 2545 os mortos por acidente, o que dá um total de 10 180 mortos; quanto aos estroplados o seu total pode estimar-se em cerca de 20 900;
- a grave deformação de mentalidades causada pela instalação de toda uma psicologia de violência, que se manifesta no estilo de treinos, nomeadamente entre os «comandos», nas palavras de ordem, no espírito militarista, e leva às chacinas referidas, transformando jovens normais em criminosos insensíveis ou acarretando-lhes graves traumatismos psicológicos;
- o agravamento das restrições impostas às liberdades públicas, consagrado pela declaração em 1971 do «estado de subversão» pela Assembleia Nacional: a censura à Imprensa estende-se aos próprios discursos pronunciados na Assembleia Nacional e proíbe-se a existência de simples cooperativas;
- o agravamento dos impostos, cujo peso se faz sentir especialmente sobre as classes trabalhadoras, como forma de aumentar os recursos que o Estado consagra à guerra;
- mais de 40% do Orçamento do Estado consagrado às «despesas de defesa e segurança» (todos os anos, porém, a Conta Geral do Estado mostra que o montante orçamentado é sempre excedido na prática e não tem cessado de aumentar), representando as «despesas de fomento» pouco mais de metade daquele montante;
- agravamento substancial do custo de vida, dado que um tal montante de despesas não reprodutivas é um dos elementos decisivos na subida da taxa de inflação;
- perda dos mercados em muitos dos países que se opõem à política colonial, nomeadamente os afro-asiáticos;
- progressiva venda do País a empresas estrangeiras, como forma de obter apoios políticos e de suprir a carência de recursos para um desenvolvimento autónomo;
- reforço do poder político de certos grupos económicos e de uma casta política e militar de mentalidade retrógrada, que beneficiam profundamente com o prosseguimento da guerra.

A guerra não só torna, pois, impossível o progresso dos povos das colónias como é um dos factores que estrangula o desenvolvimento do nosso próprio país, impondo ao povo português um tremendo sacrifício cuja inutilidade e absurdo estão patentes. Com efeito, não são os brancos e as populações africanas ameaçadas por «terroristas a soldo do estrangeiro» que o nosso Exército defende, mas sim, e apenas, os interesses de certos grupos *monopolistas nacionais e de grandes empresas estrangeiras*, de uma reduzida casta política e militar a eles aliados

e dos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul. São estes os interesses que o povo português é obrigado a pagar com a vida dos seus jovens no campo de batalha e com o sacrifício do seu desenvolvimento no seu próprio país. São estes os interesses que a classe dominante identifica com o interesse nacional. A defesa da Pátria, que tanto apregoa, não é mais, no fundo, do que a defesa de um sistema de opressão colonial que lhe proporciona fartos lucros repartidos com poderosos grupos estrangeiros.

Mantendo-se, pois, as razões que a originaram, não espanta que a guerra não tenha cessado de alastrar, até porque os sucessos já obtidos pelos movimentos de libertação e a animadora experiência das zonas libertadas mais os incitam a prosseguir a sua luta. Todas as ilusões sobre uma vitória militar, que de início se prometia para breve, estão hoje desfeitas. Aumentaram de ano para ano as despesas militares — apesar de, a partir de 1968, os orçamentos das colónias terem passado igualmente a suportar uma parte dessas despesas. Pelas proporções que tomou, a guerra acabou até por vir a criar graves dificuldades à execução dos próprios projectos reformistas do desenvolvimento capitalista.

IV

Apercebendo-se da impossibilidade de uma vitória militar, empenhado em favorecer a integração europeia dos sectores mais avançados do capitalismo português, consciente da dificuldade de conciliar uma tal via com a perpetuação da política colonial até então seguida, Marcelo Caetano tem procurado aquilo que ele próprio denominou de «*novas soluções políticas*» para o problema colonial. Como efeito, numa época de grandes espaços económicos, o capitalismo português não poderia sobreviver apenas à custa de um mercado interno exíguo e em breve desprotegido e de um mercado colonial que se ia, aliás, restringindo, dada a progressiva implantação em Angola e Moçambique de indústrias fornecedoras de produtos até então importados da metrópole. A crescente dependência comercial em relação à Europa tornava imperiosa a adopção de um esquema de associação e com ele de uma profunda modernização das estruturas económicas susceptível de aguentar o embate concorrencial. Ora uma tal modernização exige uma acelerada participação do Estado no financiamento de empresas privadas, na criação de infra-estruturas e na execução de reformas, como a do ensino, dificilmente exequível com um orçamento tão sobrecarregado pelas despesas de guerra. Tal situação foi explicitamente reconhecida por Marcelo Caetano no seu discurso de 27/9/70: «Portugal tem suportado, praticamente sozinho, o esforço de defesa do seu Ultramar; isto, que é admirável, todavia não pode deixar de pesar na vida nacional. Nem pode deixar de ser levado em conta pelos portugueses quando exigem que o Governo faça, realize, pague mais isto ou aquilo. O Governo está constantemente a ser obrigado a difíceis opções... O dinheiro não é elástico. É que só com prodígios de administração se pode combater nas duas frentes: a frente da guerra contra

o terrorismo e a frente da luta em prol do desenvolvimento económico e social do País. Ora as perspectivas não anunciam alívio desta situação.»

Como sair de um tal impasse? Após fazer uso do seu monopólio de reflexão sobre o problema colonial («Procedi friamente ao exame do problema ultramarino, do princípio ao fim, para ver se haverá outras soluções a ensaiar, diferentes daquela que estava a ser seguida e melhores que ela» — 18/6/69), Marcelo Caetano formulou dois novos objectivos para a política seguida:

- «autonomia progressiva do governo das províncias de acordo, segundo a Constituição, com o respectivo estado de desenvolvimento e os seus recursos próprios»;
- «participação crescente das populações nas estruturas políticas e administrativas».

A 27/9/70, no discurso a que já nos referimos, Marcelo Caetano procura fundamentar os novos objectivos indicados numa visão algo diferente das razões da presença portuguesa em África. Afirmando que não se está a fazer a guerra para defender o Ocidente, nem para «cumprir um destino histórico», ou porque a perda do Ultramar «implicaria a perda da independência de Portugal», até porque «a história está a fazer-se todos os dias, e o que os imperativos nacionais ordenam tem de fazer-se esteja ou não na linha do passado», Marcelo Caetano parece abandonar a tese integracionista de Oliveira Salazar, em que Angola e Moçambique eram províncias tão portuguesas como o Minho ou o Algarve, em que a sua defesa era a defesa da própria Pátria em perigo. Pergunta então Marcelo Caetano: «Então porque tem de ser defendido o Ultramar?» Segundo ele, «o Ultramar tem de ser defendido porque estão lá milhões de portugueses, pretos e brancos, que confiam em Portugal, que querem continuar a viver sob a nossa bandeira e a gozar a nossa paz e que não admitem a hipótese de serem entregues à selvajaria...», porque «não nos é lícito deixar de corresponder à confiança demonstrada na Pátria portuguesa pelos que em todas as províncias estão a trabalhar, a investir, a criar, com um entusiasmo admirável...», porque a concessão da independência levantaria difíceis problemas — humanos, económicos, sociais — de repatriação de centenas de milhares de refugiados.

Com esta fundamentação e com aqueles objectivos, procedeu-se a uma revisão constitucional, à elaboração da nova lei orgânica do Ultramar e dos estatutos administrativos das colónias. Estes textos, porém, são suficientemente ambíguos e prudentes para nada alterarem de essencial, revelando outrossim as contradições com que o regime se debate. No que respeita às relações entre o Governo Central e os governos das «províncias» ou «Estados», o poder destes últimos continua fundamentalmente concentrado no governador-geral, por sua vez directamente dependente do Governo Central, sendo bastante reduzidas as atribuições dos Conselhos Legislativos. Não espanta, pois, o descontentamento manifestado pelos deputados das colónias, que estariam certamente com esperanças numa maior autonomia. Quanto à «participação crescente das populações nas estruturas políticas e administrativas», acontece que os *Conselhos Legislativos estão longe de ser objecto de uma eleição directa, senão a maioria dos seus membros nomeados...* Em suma: dotam-se os territórios africanos de instituições político-administrativas de reduzida competência e autonomia e de natureza antidemocrática, e com isso

se procura uma «progressiva autonomia» e uma «participação crescente das populações»! Na prática, os resultados estão à vista: predominância da minoria branca, promoção duma minoria africana «assimilada» a postos subalternos da administração, um ou outro nativo a dar ao Mundo uma imagem de Conselhos Legislativos «multirraciais» — tudo bem fabricado com o longo treino que as eleições em Portugal já deram ao regime. Temos em perspectiva uma farsa ainda mais ostensiva, o que não é para admirar, pois como pode um regime que se reconhece antidemocrático democratizar-se exactamente nos territórios em que mais tem feito sentir a sua tirania? Muito estranho seria que se passassem a adoptar no Ultramar os métodos que se receia empregar na metrópole... De facto, lá como cá — mais gravemente ainda lá do que cá —, a situação política não se alterou: os direitos cívicos continuam espezinhados, a P. I. D. E. / D. G. S. vigia e reprime, a censura mantém-se férrea (impedindo inclusivamente a circulação nas colónias de publicações autorizadas em Portugal). De todos os objectivos que Marcelo Caetano assinala à nossa presença em África, um só vem sendo prosseguido com toda a coerência: a entrega dos recursos naturais básicos das colónias a poderosos grupos estrangeiros, com evidente prejuízo das populações, e que tem a sua triste coroa de glória no empreendimento hidroeléctrico de Cabora Bassa, cuja energia beneficiará quase exclusivamente a *racista África do Sul*!...

A que espantosos paradoxos é, pois, o Governo levado por esta guerra! É com a bênção a práticas racistas, com o fomentar do ódio pelas constantes destruições e pela implacável repressão e com as alianças com os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul que se pretende construir uma sociedade multirracial! É com a entrega das riquezas das colónias ao capitalismo internacional que se pretende promover o progresso das populações! É com a persistência de métodos antidemocráticos que se preconiza a «participação crescente» daquelas!

Em conclusão: incapaz de impor uma solução federalista pura, com hegemonia branca e colaboração de uma eventual pequena burguesia negra, que depara com fortes resistências dos sectores mais conservadores do regime e que nem por isso eliminaria a guerra, obrigando à permanência das forças armadas portuguesas; impossibilitado pela sua própria natureza antidemocrática e pelo ódio racial acumulado de promover uma autêntica e generalizada participação das populações na gestão político-administrativa dos seus territórios; obrigado a um estreitamento das alianças com os regimes racistas da África Austral e à entrega das riquezas das colónias a poderosos grupos estrangeiros para obter apoios internacionais e aparentar um arremedo de desenvolvimento, o governo de Marcelo Caetano fracassa estrondosamente na resolução do problema que mais condiciona a sua tentativa de levar a cabo um reformismo capitalista. Com efeito, a guerra, longe de se atenuar, antes se agrava, já que intactos e mesmo acrescidos se mantêm os motivos que lhe deram origem. Índice desse agravamento é, afinal, aquilo a que pomposamente se vem chamando «africanização» das Forças Armadas portuguesas. De facto, longe de exprimir um apoio das populações à política do regime, tal «africanização» — obtida graças a uma fácil chantagem sobre a péssima condição económica dos africanos e a certas técnicas apuradas de «mentalização» —, uma vez que não é acompanhada de uma equivalente redução das tropas brancas, só demonstra que as dificuldades da guerra vêm

aumentando e que, por consequência, não diminui o apoio que a população fornece aos seus movimentos de libertação. Ainda outra índice de um tal agravamento são os receios recentemente manifestados pela África do Sul e pela Rodésia de que o Exército português não seja capaz de conter eficazmente as ofensivas da guerrilha à volta de Cabora Bassa e na região central de Moçambique.

Intransigente na recusa da aceitação de negociações repetidamente propostas pelos movimentos de libertação⁽¹⁾, atolado numa guerra cujo fim é todavia condição indispensável para a execução dos próprios projectos reformistas do desenvolvimento capitalista, cabe perguntar que perspectivas se oferecem então e ainda ao Governo para dela sair, uma vez que ele próprio já afastou a hipótese de uma vitória militar. Reforço da tendência para a «rodezianização» em Angola e Moçambique, entregando à minoria branca local a resolução do conflito armado com o apoio militar da África do Sul? Tentativa de encetar «conversações» para pôr termo às hostilidades na Guiné? Quanto à primeira via, a intensificação da guerrilha dificilmente dispensaria a continuidade da presença das forças portuguesas. Quanto à segunda via, para além de o P. A. I. G. C. se recusar a dobrar-se às exigências que o Governo português certamente lhe tentaria impor, graves dificuldades se levantariam ao Governo para justificar tão flagrante desrespeito pelas teses que até aqui tem defendido, e profunda incoerência adviria do facto de continuar a recusar tal solução para as guerras em Angola e Moçambique⁽²⁾. A menos que se quisesse fazer confissão pública de que num caso não haveria importantes interesses económicos a defender e no outro sim... Como quer que fosse, qualquer destas vias não deixaria de agudizar as tensões existentes no seio do regime, suscitando forte oposição no Exército e provocando mesmo fracturas internas importantes. Marcelo Caetano, embora tente ganhar tempo, procurando até o apoio da N. A. T. O., aliás inviável, para o seu projecto federalista, não consegue sair do domínio das declarações ambíguas e prudentes, já que qualquer passo mais ousado poderá representar o seu suicídio político e desmembrar a sagrada aliança que sustém o regime. Tudo leva a crer, por isso, que o fim da guerra não é possível sem o fim do regime, e que só um governo democrático poderá libertar o País deste longo flagelo e estabelecer uma política de paz e cooperação com os povos africanos, no respeito integral pelo direito destes a disporem dos seus destinos.

⁽¹⁾ Em Maio de 1969, o M. P. L. A. e a FRELIMO dirigiram-se ao Vaticano pedindo-lhe que fizesse saber a Portugal que estavam prontos a pôr termo à luta armada mediante as seguintes condições: independência dos seus dois países em prazo a negociar; direitos cívicos iguais para todos os que desejem tornar-se cidadãos dos dois países, qualquer que seja a sua raça, e o estabelecimento de relações normais com Portugal após a independência. Apesar das pressões internacionais e das maciças votações da O. N. U., em que avulta a resolução de 24/11/72 subscrita pelos próprios aliados ocidentais da N. A. T. O., o Governo continua a manter-se irremovível na sua decisão de não aceder às propostas de negociação que os chefes dos movimentos de libertação continuam a formular.

⁽²⁾ A este propósito convém recordar outra afirmação do general Kaulza de Arriaga nas *Lições* já citadas: «Naturalmente que quando morrem tropas e gastamos dinheiro na Guiné, não considero que essas baixas se estão a dar e que esses dinheiros estão a ser gastos apenas para a defesa da Guiné, porque se o estivessem eu o consideraria despropositado, mas não, um homem que morre na Guiné está a defender indirectamente Angola e Moçambique.»

A paz só é possível pela renúncia à opressão e à exploração dos povos das colónias e pelo reconhecimento do seu direito à independência total. Ela implica, pois, a realização de conversações com os movimentos de libertação, como legítimos representantes dos povos das colónias, as quais deverão levar à concretização dos seguintes objectivos:

- cessar-fogo imediato;
- libertação de todos os prisioneiros políticos e de guerra;
- retirada integral das forças militares e policiais portuguesas;
- garantia de indemnização aos novos Estados pelos danos causados pela guerra;
- transferência de todos os poderes políticos e administrativos.

Os representantes dos movimentos de libertação, que consagram as suas vidas a uma luta em prol da liberdade e da justiça, estão prontos a respeitar os direitos cívicos de todos quantos, independentemente da sua raça, credos políticos e ideológicos, labutam nos territórios africanos e aceitem ser cidadãos dos novos Estados (*).

Uma vez concretizados os objectivos referidos, e indo ao encontro, aliás, das próprias propostas dos movimentos de libertação em tal sentido, ficam criadas as condições para a elaboração de um acordo para o desenvolvimento de um estreito intercâmbio cultural e económico com os novos Estados independentes, num plano de cooperação e igualdade entre as partes.

As linhas de solução enunciadas são, pois, as únicas que permitirão terminar com a guerra, extirpar os ódios, dar a Portugal a possibilidade de contribuir para o progresso dos territórios africanos em fraterna colaboração com os respectivos povos, abrindo-nos as portas da amizade e colaboração de todos os povos do Mundo e libertando-nos da vergonhosa aliança com os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul.

É urgente, por isso, que se tornem realidade!

CONCLUSÕES

I — As guerras para que o Governo arrastou o País nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné — empreendidas para manter um domínio colonial de exploração e opressão — têm afectado profundamente toda a nossa vida política, social

(*) Numa mensagem aos seus compatriotas por ocasião do 15.º aniversário da fundação do M. P. L. A., afirma Agostinho Neto: «O nosso programa político indica claramente que o M. P. L. A. abre o caminho para uma larga e verdadeira cooperação entre homens de raças diferentes (...) A independência para nós não significa a eliminação do homem branco do nosso país, não significa a apropriação de bens honestamente adquiridos. Significa sim que o poder político deve estar nas mãos do nosso povo. A economia do nosso país deve ser controlada pelo nosso povo e deve servir para uma vida mais desafogada e progressiva.»

e económica e afectam ainda mais profundamente os povos daqueles territórios, impedem a nossa colaboração para a paz e o progresso universais e acentuam o nosso isolamento internacional. Apesar da gravidade das suas consequências, o Governo persiste em proibir qualquer debate sobre os problemas por elas implicados. Ao proceder desse modo, o Governo mostra a fraqueza da sua posição e reconhece implicitamente que os resultados de tal debate lhe seriam desfavoráveis.

II — As razões oficialmente apresentadas para a política seguida assentam no escamoteamento das condições que permitiram a eclosão dos conflitos armados. Com efeito, toda a história da colonização portuguesa em África assenta na opressão secular de gerações e gerações de africanos: comércio de escravos, guerras de ocupação do interior, trabalho forçado, espoliação de terras em proveito dos colonos brancos e das grandes companhias coloniais nacionais e estrangeiras, discriminação racial, colonização cultural com destruição dos valores dos africanos, desrespeito total pelos direitos cívicos, repressão política. Ao recusar uma solução pacífica para a situação criada, repetidamente proposta pelos movimentos de libertação, o governo de Oliveira Salazar só lhes deixou aberto um caminho: responder à violência dos exploradores com a violência libertadora dos oprimidos. Cabe-lhe, pois, toda a responsabilidade pela eclosão das guerras.

III — O desencadeamento das guerras, longe de fazer recuar o Governo na sua política, levou-o a acentuar ainda mais a opressão sobre os povos africanos: entrega das riquezas das colónias a grupos económicos estrangeiros, alargamento da prática do trabalho forçado, agravamento do racismo, espoliação de terras, chacinas de populações civis, destruição de culturas agrícolas, obrigando a êxodos maciços das populações, concentração forçada das populações em «aldeamentos» semelhantes a campos de concentração, tortura e fuzilamento de prisioneiros de guerra, internamento sem julgamento e por período indeterminado em campos de concentração de milhares de pessoas por mera suspeita, estreitamento das alianças com os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia.

Por outro lado, a guerra tem tornado ainda mais trágica a situação do povo português: mobilização da juventude para um dos mais longos e difíceis serviços militares de todo o mundo, que leva à emigração de milhares de jovens; mais de 10 000 mortos e 20 000 jovens estroplados; grave deformação das mentalidades; agravamento das restrições impostas às liberdades públicas; agravamento dos impostos; quase metade do orçamento consagrado às «despesas de defesa e segurança»; agravamento substancial do custo de vida; perda dos mercados de muitos dos países que se opõem à política colonial; progressiva venda do País a empresas estrangeiras; reforço do poder político de certos grupos económicos e de uma casta política e militar, que beneficiam profundamente com o prosseguimento da guerra. A política do Governo é, pois, uma política antipatriótica.

Agravando as razões que a originaram, não pôde a guerra deixar de alastrar e acabar por criar graves dificuldades à execução dos próprios projectos reformistas do desenvolvimento capitalista.

IV — Na tentativa de achar uma saída para o impasse a que a guerra conduziu o regime, Marcelo Caetano preconizou uma via de «autonomia progressiva do governo das províncias» e de «participação crescente das populações nas estruturas políticas e administrativas», justificando a guerra não já por razões históricas

mas pela necessidade de defender as vidas e bens das populações contra os ataques dos «terroristas». Porém, a revisão constitucional, a Lei Orgânica do Ultramar, e os estatutos político-administrativos das colónias são textos suficientemente ambíguos e prudentes para nada alterarem de essencial, revelando outrossim as contradições com que o regime se debate: a autonomia administrativa concedida é muito reduzida e a participação das populações sujeita aos métodos antidemocráticos já usados na metrópole, que lhe anulam qualquer autenticidade. Incapaz, pois, de impor uma solução federalista pura com hegemonia branca e colaboração de uma pequena burguesia negra, impossibilitado, pela sua própria natureza antidemocrática e pelo ódio racial acumulado, de promover uma autêntica e generalizada participação das populações na gestão político-administrativa dos seus territórios, obrigado a um estreitamento das alianças com os regimes racistas da África Austral e à entrega das riquezas das colónias a poderosos grupos estrangeiros, o governo de Marcelo Caetano fracassa estrondosamente na resolução do problema que mais condiciona a sua tentativa de levar a cabo um reformismo capitalista, pois a guerra, longe de se atenuar, agrava-se ainda mais, já que intactos e mesmo acrescidos se mantêm os motivos que lhe deram origem. Mesmo que se venha a verificar um reforço da tendência para a «rodezianização» em Angola e Moçambique e uma tentativa de conversações para pôr termo às hostilidades na Guiné, a impossibilidade de dispensar as forças portuguesas devido à intensificação da guerrilha, no primeiro caso, as dificuldades que se levantariam ao Governo, no segundo caso, para justificar a incoerência da sua política, e a agudização das tensões internas no seio do regime, em ambos os casos, tornarão impossível uma saída para o impasse criado. Tudo leva a crer, por isso, que só um governo democrático poderá libertar o País deste longo flagelo e estabelecer uma política de paz e cooperação com os povos africanos, no respeito integral pelo direito destes a disporem dos seus destinos.

V — A paz só é possível pela renúncia à opressão dos povos das colónias e pelo reconhecimento do seu direito à independência total, implicando, pois, conversações com os movimentos de libertação, as quais deverão levar à concretização dos seguintes objectivos: cessar-fogo imediato e libertação de todos os prisioneiros políticos e de guerra; retirada integral das forças militares e policiais portuguesas; garantia de indemnização aos novos Estados pelos danos causados pela guerra; transferência de todos os poderes políticos e administrativos. Ficam assim criadas as condições para a elaboração de um acordo para o desenvolvimento de um estreito intercâmbio cultural e económico entre Portugal e os novos Estados, num plano de cooperação e igualdade entre as partes. As linhas de solução enunciadas são as únicas que permitirão terminar com a guerra, extirpar os ódios e dar a Portugal a possibilidade de contribuir para o progresso dos territórios africanos em fraterna colaboração com os respectivos povos, abrindo-nos as portas da amizade e da cooperação de todos os povos do Mundo e libertando-nos da vergonhosa aliança com os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul. É urgente, por isso, que se tornem realidade!